



Mineração e(m) Terras Indígenas: reflexões a partir do alto rio Negro

Aline Fonseca Iubel¹

Resumo

Este artigo constrói algumas narrativas etnográficas acerca da mineração no alto rio Negro, noroeste amazônico, a partir da pluralidade de atores (indígenas, garimpeiros, empresas, militares, indigenistas, órgão de governo, legisladores etc.), instrumentos ou artefatos (minérios, cartas, leis, projetos de lei, dados científicos, dados de prospecção, ferramentas, dragas etc.) e relações (“poderes”, consensos, dissensos, cooptação etc.) que são postos em cena. Pelo movimento do texto o leitor é conduzido retrospectivamente através de eventos e episódios recentes a um cenário no qual, desde pelo menos os anos 1970, os indígenas (e também não indígenas) do alto rio Negro têm se deparado com a mineração e o garimpo. No entanto, a narrativa não se restringe ao contexto regional, fazendo muitas vezes a ponte com eventos ocorridos e decisões tomadas na esfera nacional. O objetivo principal é mostrar como o acúmulo de experiências e também diferentes perspectivas e anseios em relação à atividade minerária são constantemente atualizadas pelos indígenas do alto rio Negro em relações locais e supralocais.

Palavras-chave: povos indígenas; mineração; alto rio Negro; eventos.

Abstract

This article builds some ethnographic narratives about mining in the upper Rio Negro, northwestern Amazon, from the plurality of actors (indigenous, prospectors, companies, military, indigenous, governing body, legislators, etc.), instruments or artifacts (minerals, letters, laws, bills, scientific data, prospecting data, tools, dredges etc.) and relations (“powers”, consensus, dissent, co-optation etc.) that are put on the scene. The movement made by the text leads the reader, through recent events and episodes, to a scenario in which, since at least the 1970s, the indigenous (as well as non-indigenous) of the upper Rio Negro have been faced with mining and gold mining. However, the narrative is not restricted to the regional context, often making connections between events and decisions made at the national level. The main objective is to show how the accumulation of experiences as well as different perspectives and aspirations regarding mining activity are constantly updated by the upper Rio Negro River Indians in local and supralocal relations.

Keywords: indigenous people; mining; upper rio Negro; events.

¹ Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). E-mail: alineiubel@gmail.com.





Episódio I – 2016 – A eleição de um prefeito indígena em São Gabriel da Cachoeira, após uma campanha pró-mineração baseada em ataques ao movimento indígena e ao indigenismo².

Clóvis Saldanha³, também conhecido como Corubão⁴, tariano de Iauaretê, foi eleito prefeito de São Gabriel da Cachoeira em 2016⁵. Em seus comícios, na cidade e nas quase 700 comunidades espalhadas pela região, atacava a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn)⁶, a Fundação Nacional do Índio (Funai), as políticas indigenistas – chamadas por ele de assistencialistas – e defendia a mineração como alternativa de desenvolvimento econômico para os indígenas da região. Essa é uma pauta que continua sendo fomentada em sua gestão, sobretudo na medida em que é respaldada pelos modos como o governo federal aborda a mineração em terras indígenas desde a eleição de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil, em 2018.

Um dos “encontros” entre o alto rio Negro e a esfera nacional foi veiculado pela reportagem de 24 de maio de 2018 do jornal Folha de S. Paulo⁷, quando se começava a construir publicamente a candidatura de Bolsonaro à presidência. O título da manchete era: “Índio, prefeito petista flerta com Bolsonaro” (MAISSONAVE, 2018). A matéria começava apontando algumas contradições

2 Este artigo é fruto de desdobramentos de minha pesquisa de pós-doutorado, desenvolvida entre 2016 e 2019, no Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com auxílio financeiro da FAPESP (Processo nº 2017/03589-3). Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no evento “Conjuntos Multicomunitários nas Terras Baixas Sul-Americanas”, realizado pelo Projeto Jovem Pesquisador “Sistemas Regionais Ameríndios em Transformação”, coordenado por Antonio Guerreiro Junior (Unicamp). Agradeço imensamente os comentários e leituras feitas pelos participantes do evento e pelos avaliadores anônimos da Revista Maloca.

3 Sempre que não implicar em prejuízo para a análise, optarei pelo anonimato de alguns dos interlocutores desta pesquisa. No entanto, diversas das pessoas aqui citadas são figuras públicas e não faria sentido qualquer tentativa de manutenção de algum anonimato. Assim, tomarei os devidos cuidados para não ofender ou injuriar nenhum dos citados.

4 Ele não é o primeiro prefeito indígena eleito no município. Para uma análise mais detalhada da participação indígena na política partidária municipal ver (IUBEL, 2015).

5 A região etnográfica do alto Rio Negro é comumente descrita como “complexo multilinguístico e multiétnico” que compreende uma vasta área localizada no noroeste amazônico brasileiro, na fronteira com a Colômbia e a Venezuela. Geograficamente, é formada pelas bacias hidrográficas do rio Negro e diversos afluentes, tais como o Uaupés, o Içana, o Xié, o Tiquié e outros. As mais de 20 diferentes etnias regionais formam um conjunto relacional que inclui trocas econômicas e cerimoniais (S. HUGH-JONES, 1979), casamentos (CHERNELA, 1993; CABALZAR, 2009) e conflitos (ANDRELLO, 2006). Todas essas relações, se colocadas no panorama de um sobrevoo regional, articulam as etnias, com diferentes línguas que formam uma base importante (embora não seja a única) para a sua autodefinição identitária. São quatro as famílias linguísticas (e respectivas etnias): arawak (cujas etnias são: baniwa, coripaco, warekena, tariano – atualmente adotou o tukano como língua – e baré – que há muito fala nheengatu); tukano oriental (arapaso, bará, barasana, desana, karapanã, kubo, makuna, miriti-tapuya, piratapuaia, siriano, tukano, tuyuka, kotiria/wanano); maku (hup/hupda, yuhup, döw, nadöb); além desses, há os yanomami, que se situam de maneira transversa ao conjunto, e por isso sua articulação deve ser tomada com cautela. Como veremos, há um tanto de incertezas sobre “se”, “quando”, “onde” e “como” tais grupos se constituem enquanto “etnias”. Ver, nesse sentido, o artigo de Andrello (2016).

6 A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, fundada em 1987, congrega as mais de 90 associações de base que compõem o movimento indígena na região. Para efeitos práticos, a região encontra-se dividida em cinco coordenadorias regionais, segundo as bacias dos principais rios.

7 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/indio-prefeito-petista-flerta-com-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 12 set. 2018.

na trajetória de Corubão. De um lado, em sua campanha para prefeito divulgava amplamente um vídeo no qual aparecia ao lado do ex-presidente Lula, de outro, no ano das eleições presidenciais gravou um vídeo trocando elogios com Bolsonaro. Neste último vídeo, Corubão afirma: “é isso que nós queremos, pessoas firmes lutando pelo nosso desenvolvimento”⁸. Consultado pela equipe da Folha de S. Paulo, Corubão disse que o vídeo “foi só um migué” e que “o cara [Bolsonaro] é um pilantra, só tem conversa e não tem planejamento para o futuro”.

Embora as perspectivas de Bolsonaro e de Corubão a respeito da mineração em Terras Indígenas possam ser diferentes, bem como a possibilidade de ingerência de cada um destes personagens nos desenrolares dessa pauta política e econômica, a defesa da abertura das Terras Indígenas à mineração é por ambos compartilhada. Corubão, em entrevista realizada por mim em 2016 disse que “não tem que desfazer a Terra Indígena, mas tem que rever a área demarcada e mudar alguns itens, porque na área demarcada o índio se sente preso, acorrentando, porque não pode extrair riquezas da floresta”. Como a maioria dos homens indígenas da região na sua faixa etária (entre 40 e 50 anos), Corubão já trabalhou em garimpos. Bolsonaro, por sua vez, não poupa comentários públicos defendendo atividades como mineração e agropecuária em Terras Indígenas, como fez em maio de 2019 em uma transmissão ao vivo na qual, juntamente com indígenas de quatro etnias, um senador e um secretário de governo, argumentava que “o índio não pode continuar sendo pobre em cima de terra rica”⁹.

Episódio II – 2018 – A troca do coordenador na Funai do Rio Negro

Em setembro de 2018, o então coordenador regional da Funai do Rio Negro – um tukano de Pari-Cachoeira, indicado pela Foirn para assumir tal cargo – foi exonerado após cerca de seis anos de atuação. A decisão partiu de Brasília e gerou mal-estar na Foirn. O novo coordenador, também tukano, é ligado à Cooperativa Indígena de Extrativismo de Recursos Naturais e Minerais¹⁰, conforme apontado em carta redigida pela Foirn logo após o recebimento da notícia.¹¹ Nos termos colocados na carta, “o novo coordenador tem se pronunciado publicamente contra o órgão indigenista Funai”, “a cooperativa tem focado suas ações na promoção da mineração em Terras Indígenas, o que é absolutamente ilegal, na medida em que não há nenhum dispositivo legal que regulamente esta atividade” e “a atividade minerária de grande escala, com uso de maquinários,

8 https://www.youtube.com/watch?v=8_ZXJPbAfdY. Acesso em: 12 nov. 2018.

9 <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-04/bolsonaro-defende-mineracao-e-agropecuaria-em-terras-indigenas>. Acesso em: 18 mai. 2019.

10 A cooperativa, fundada em 10 de agosto de 2015, utiliza seu perfil em redes sociais como principal meio de divulgação e comunicação. É lá que consta tratar-se de uma “cooperativa de trabalho”, “sem fins lucrativos, que visa geração de renda às comunidades”, que “todos mais de 600 cooperados são genuinamente indígenas”, que o “objetivo da cooperativa é incentivar o protagonismo indígena, mostrar à sociedade que nós indígenas temos capacidade e assim assegurar os parentes nos locais de origem”.

11 Este documento público foi endereçado aos então Ministro da Justiça, Ministro Chefe de Casa Civil, Presidente da Funai e Procurador do Ministério Público Federal no Amazonas.





por vezes com utilização de mercúrio, é considerada insustentável, gerando prejuízos ambientais, sociais e econômicos para as comunidades indígenas”.

Esse episódio ainda está tendo desdobramentos, pois, como veremos, deflagrou (pelo menos) uma divisão entre grupos que existe e persiste na configuração política regional, sobretudo em se tratando da delicada temática que é a mineração. Mesmo estando ciente de tratar-se de um episódio que se desdobra no passado e no futuro tomo-o aqui, juntamente à eleição de Corubão, como ponto de partida para uma reflexão sobre certos encaixes e desencaixes entre política e mineração em Terra Indígena, no contexto particular do alto rio Negro. Minha hipótese é a de que nestas duas esferas – política e mineração (inseparáveis, evidentemente) – e entre elas há uma série de ambiguidades, principalmente nos modos como indivíduos específicos e/ou determinados grupos se apropriam de determinados episódios, transformando-os em eventos. Para tanto, retomarei alguns pontos da história da atividade minerária na região do rio Negro, a partir de registros etnográficos, depoimentos e documentos. Divergências, ambiguidades e diferentes interpretações acerca desses pontos aparecerão na narrativa aqui construída, a qual não tem, evidentemente, qualquer pretensão de verdade absoluta e incontestável, seja histórica ou etnográfica.

Cenário dos episódios – territorialidades plurais

O cenário desses episódios é formado pelo que se pode chamar territorialidades plurais¹². Em sobreposição estão: o município de São Gabriel da Cachoeira¹³, sete Terras Indígenas¹⁴, um Parque Nacional¹⁵, uma Reserva Biológica Estadual¹⁶, áreas de afetação de rodovias federais¹⁷,

12 De acordo com Vieira, et al., “a expressão territorialidades corresponde ao que na literatura anglo-americana se tem denominado *place* e tem sido assim traduzida nos debates informados por essa tradição em língua portuguesa e castelhana especificamente no caso indígena” (2015: 28). A potencialidade de noções como territorialidade, territorialização e desterritorialização é também sublinhada na publicação coletiva *EntreTerras* (2017: 26), lembrando o impacto dos trabalhos de Gallois (2004), Vieira, et al. (2015); Deleuze & Guattari (2010).

13 Segundo os dados do último Censo do IBGE, a população são-gabrielense contabiliza 37.896 pessoas. A população do município é, em sua maioria, indígena (cerca de 90%) e divide-se espacialmente do seguinte modo: 19.054 na sede urbana e 18.842 nas comunidades espalhadas pelo interior.

14 As TIs são: Alto Rio Negro, Médio Rio Negro 1, Médio Rio Negro 2, Balaio, Cué-Cué/Marabitanas, Rio Apapóris e Rio Tea, cujas extensões somadas totalizam cerca de 11,5 milhões de hectares. A maior parte destas TIs foi declarada e homologada em 1998, com exceção da Balaio (homologada em 2009) e Cué-Cué/Marabitanas (declarada em 2013, aguardando procedimento de homologação) (<https://terrasindigenas.org.br/> Acesso em: 30 ago. 2019). Para saber mais sobre esses e outros processos referentes às Terras Indígenas no rio Negro, ver Cabalzar & Ricardo (2006) e Buchillet (1991).

15 Parque Nacional do Pico da Neblina.

16 A Reserva Biológica do Morro dos Seis Lagos, criada em 1990, fica no município de São Gabriel da Cachoeira, mais precisamente sobre a Terra Indígena Balaio.

17 Trechos da Perimetral Norte (BR 307 – ligando São Gabriel da Cachoeira a Cucuí – e BR 210 – fazendo a ligação entre São Gabriel da Cachoeira e Benjamin Constant). Lúcio Flávio Pinto (1973) esclarece que a Perimetral Norte é, na verdade, constituída por duas estradas distintas: “a primeira, que começou a ser construída agora, começa em Macapá, próximo ao Atlântico, e termina em Mitu, extremo-noroeste brasileiro, na fronteira do Amazonas com a Colômbia; a segunda estrada começa em Cucuí, e vai até Cruzeiro do Sul, no Acre, atravessando 1.180 quilômetros de uma das regiões mais complexas e desconhecidas da Amazônia” (1973: 2). O mesmo autor ressalta que a

zona de fronteira¹⁸ e áreas de interesses minerários¹⁹. Essas sobreposições se refletem em múltiplas disputas. Uma delas é em torno dos recursos presentes no solo e subsolo. Complementam ainda este cenário as divisões territoriais baseadas em critérios que, de modo simplista, podem ser chamados tradicionais²⁰. Ou seja, são tantas as territorialidades e as miradas possíveis sobre a região, que um mapa único não seria capaz de dar conta graficamente de representá-la. Algumas representações cartográficas (dentre outras) que abrangem a região seriam:



Imagem 1 - Mapa do Município de São Gabriel da Cachoeira (Fonte: GoogleMaps, 2019)

Perimetral Norte, assim como a Transamazônica, tinha, na visão de seus idealizadores, seu valor associado “à sua capacidade de criar condições para a exploração de riquezas incontáveis, não importando se estejam muito distantes ou se a estrada for o meio menos indicado para o escoamento de tais riquezas (Op. cit.: 33), dentre essas riquezas, ministros, secretários e outros funcionários do governo elencavam, à época, as “riquezas minerais escondidas sob a floresta” (Op. cit.: 32).

18 Essa é uma faixa de 150 km de largura, interna e paralela à linha divisória terrestre do território nacional. Essa faixa está sujeita a regras específicas segurança nacional – privilegiando a presença de forças militares nacionais –, sobretudo no que diz respeito a obras públicas de engenharia civil, participação de estrangeiros em propriedades rurais ou empresas e concessões de terras. A lei que instituiu a Faixa de Fronteira é de 1979.

19 De acordo com o Artigo 231 da Constituição Federal de 1988, a exploração mineral em Terras Indígenas fica proibida sem autorização do Congresso Nacional. No entanto, como ainda falta a regulamentação do referido Artigo, há uma série de requerimentos e até autorizações de pesquisa e concessões de lavra ativos junto à Agência Nacional de Mineração (ANM) anteriores à promulgação da Constituição Federal de 1988.

20 Neste artigo não entrarei em detalhes acerca desta questão. Entretanto, há uma série de publicações que abordam de modo direto ou indireto as competências tradicionais de tal ou qual etnia, tal ou qual clã (subdivisão interna às etnias), sobre determinada porção de um território. Alguns exemplos são: Felipe (2018); Scolfaro et al. (2013); Scolfaro (2012); Cayón (2013); Ferreira (2014); Hugh-Jones (1979); Hugh-Jones, C., (1979); Rodrigues (2019); Andrello (2012) e outros.





Imagem 2 - Mapa das Terras Indígenas da Região do Alto Rio Negro (Fonte: MOVIMENTO REGIONAL POR LA TIERRA/BRASIL. Estudo de caso Demarcação das Terras indígenas no Alto Rio Negro).

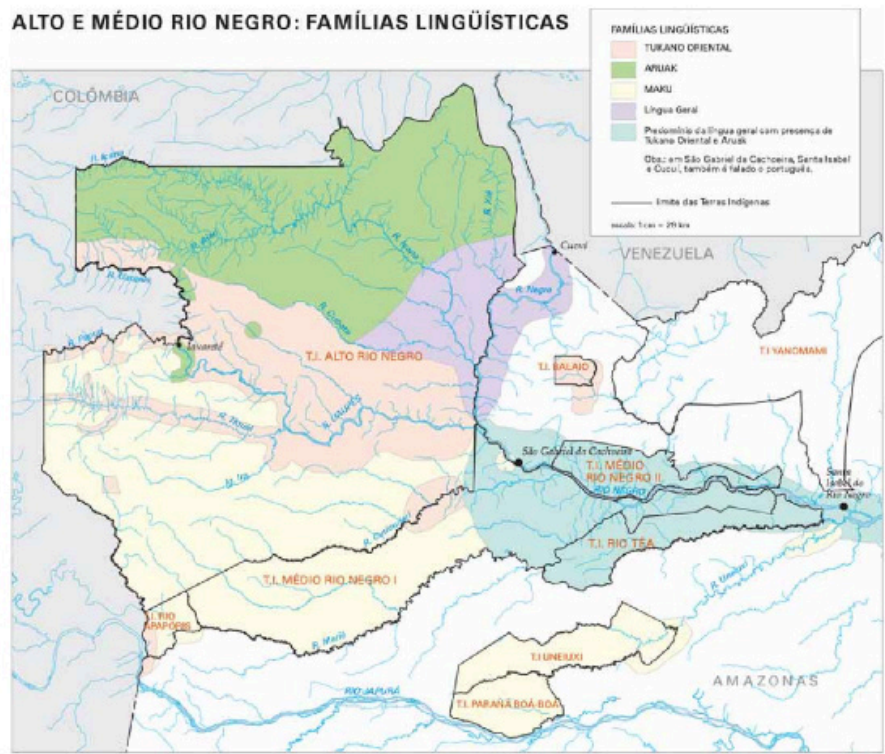


Imagem 3 - Mapa das Famílias Linguísticas do alto rio Negro (Fonte: CABALZAR & RICARDO, 2006: 14).



Imagem 4 - Mapa das Etnias do alto rio Negro (Fonte: CABALZAR & RICARDO, 2006: 54).

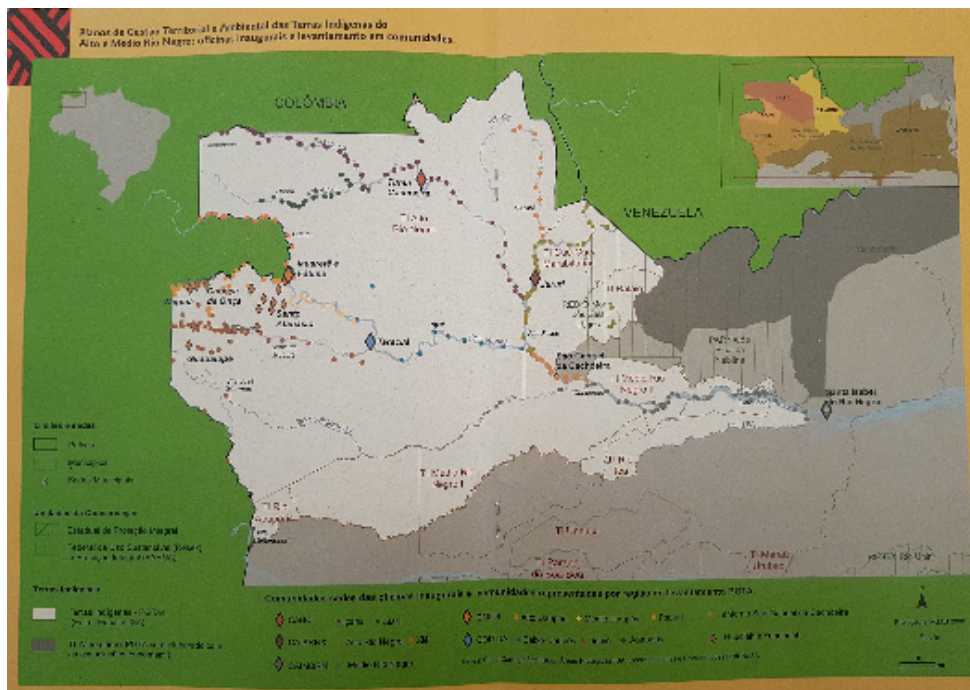


Imagem 5 - Mapa das Coordenadorias Regionais da Foirn (Fonte: Governança e Bem Viver Indígena: Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro, 2016: 10-11).



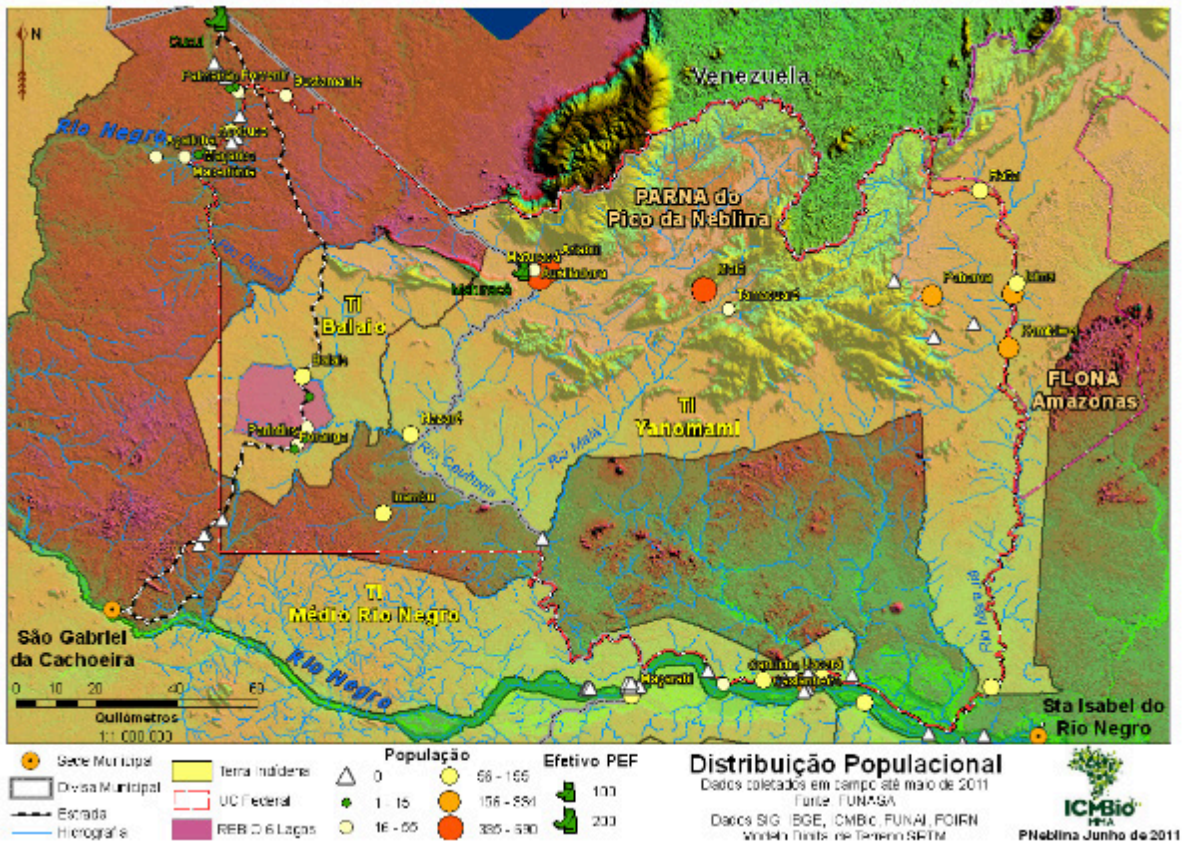


Imagem 6 - Mapa da Abrangência do Parque Nacional do Pico da Neblina (Fonte: Cadernos de gestão territorial e ambiental no Noroeste Amazônico. Diálogos com a PNGATI. Curso Básico de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas no Rio Negro, Noroeste Amazônico, 2015: 78)

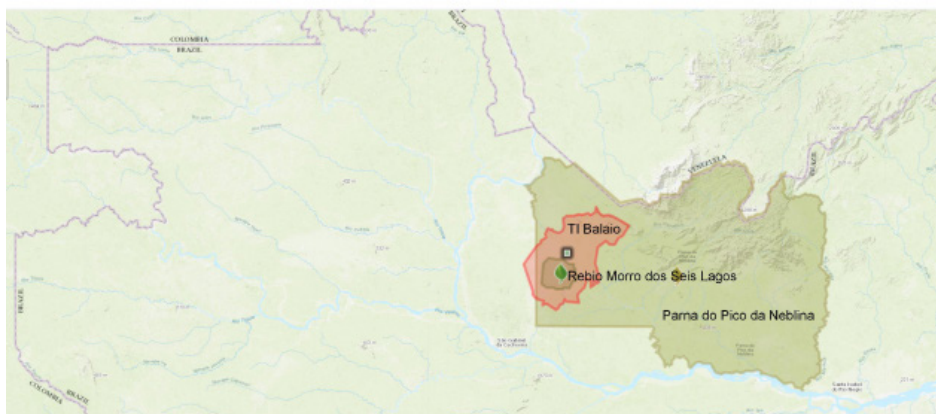


Imagem 7 - Mapa da Abrangência da Reserva Biológica Estadual Morro dos Seis Lagos (Fonte: <https://uc.socio-ambiental.org/arp/792>, editado pela autora).

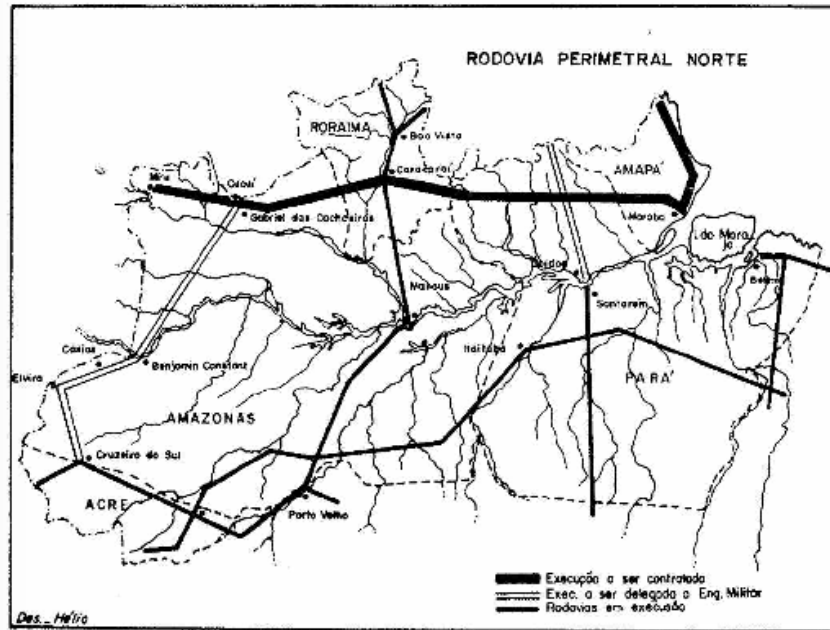


Imagem 8 - Traçados das rodovias BR 370 e BR 210 (Fonte: PINTO, 1973: 45).



Imagem 9 - Mapa da Zona de Fronteira Seca do Brasil (<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/ibge-atualiza-relacao-dos-municipios-de-fronteira>).



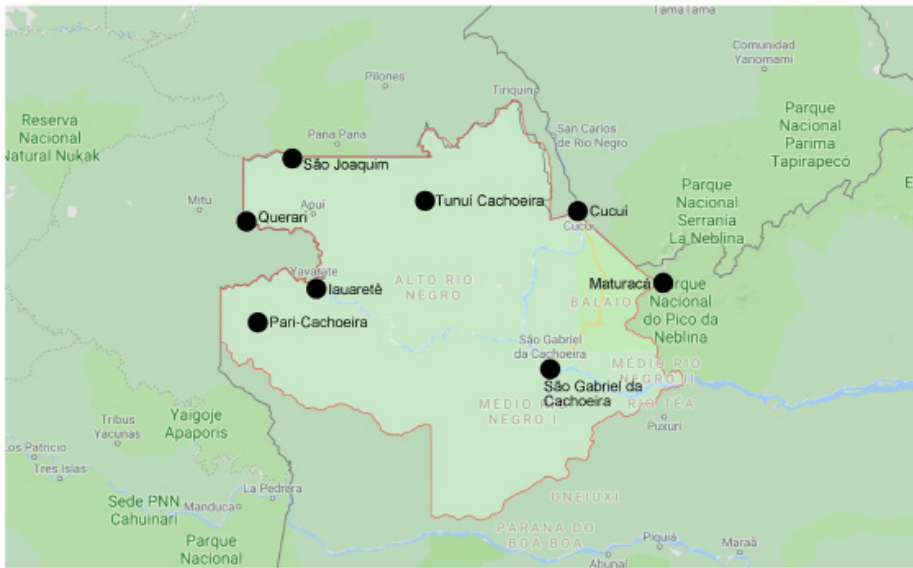


Imagem 10 - Pelotões de Fronteira do Exército localizados na região do alto rio Negro (Fonte: GoogleMaps, 2019, editado pela autora).

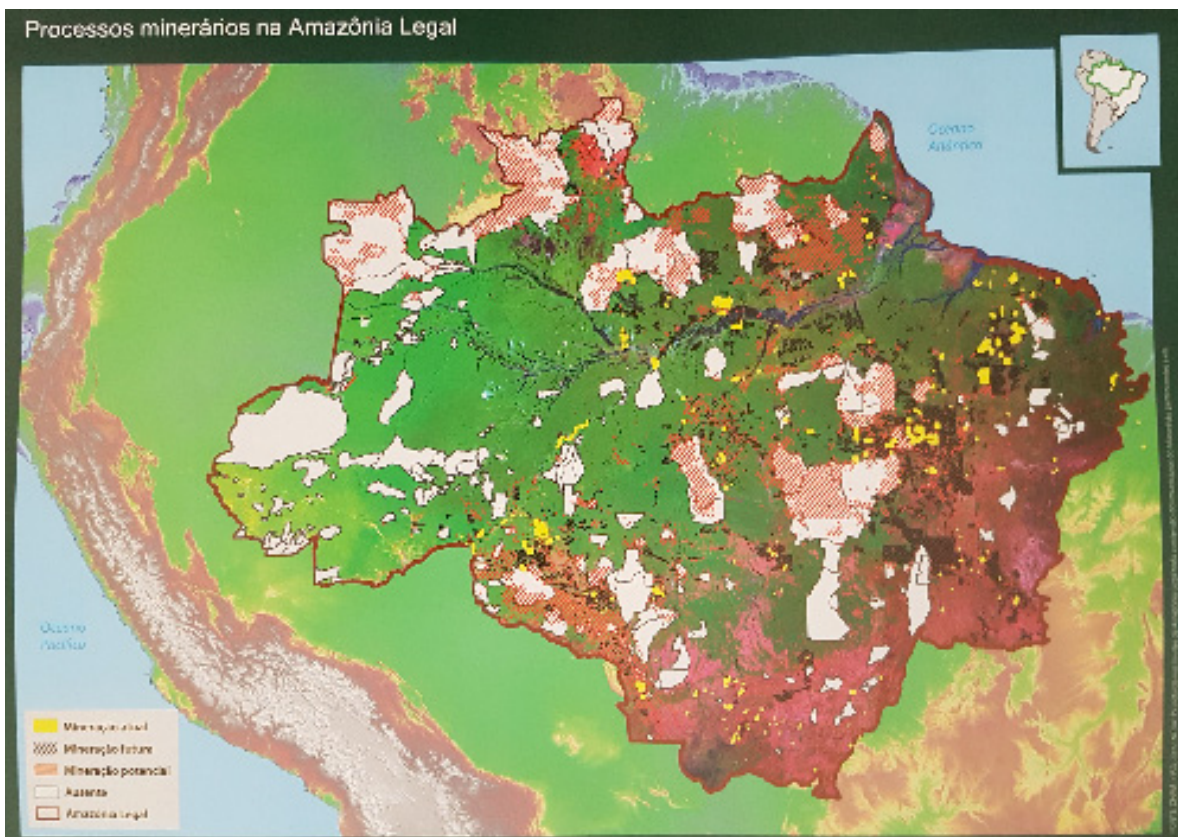


Imagem 11 - Mapa dos Interesses Minerários da Amazônia brasileira (Fonte: CARNEIRO FILHO, 2009: 35).

As territorialidades plurais, representadas parcialmente nesses mapas, possuem diferentes origens e devires, são vividas e construídas de modos distintos, com base em uma multiplicidade de intenções e experiências. Não há, portanto, como falar em território de forma singularizada no alto rio Negro (ou em qualquer lugar). Os usos e circulações naquele espaço e em seus lugares variam segundo as perspectivas representadas graficamente nos mapas apresentados acima. Frise-se que todo e qualquer mapa se limita a ser parcial e enviesado por certos critérios, nem sempre compartilhados, que podem ser étnicos ou linguísticos²¹, políticos, econômicos, oficiais/legais, tradicionais, ambientais etc. O objetivo aqui é perceber como a partir de um tema, também parcial – a mineração – mais luzes são lançadas sobre as representações cartográficas que buscam refletir múltiplas territorialidades, e os grupos que as vivem e produzem.

Evento I²² – Mineração no Alto Rio Negro

As primeiras pesquisas minerais na região do alto rio Negro foram realizadas em meados da década de 1970, pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), através da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), no âmbito do Projeto Radambrasil²³ (PINHEIRO, et al., 1976). Furos de sondas buscando definir o potencial mineral da região se restringiram ao Morro dos Seis Lagos. Mas, já nas primeiras publicações decorrentes do Radambrasil recomendavam-se detalhamentos em pesquisas nas regiões do Içana²⁴, médio e alto curso do Uaupés, rios Papuri e Tiquié, bem como no rio Cauaburis (rio cuja foz se dá no médio rio Negro). Desde fins da década de 1970, as pesquisas (por empresas estatais e privadas) e a exploração de diferentes recursos minerais foram avançando na região. Tenderam a diminuir – mas nunca cessaram completamente – com a demarcação das Terras Indígenas em área contínua, processo que durou entre 1990 e 1995. As invasões garimpeiras e a insegurança jurídica que pairava sobre aquela região antes da demarcação foram, inclusive, propulsores na constituição do movimento indígena organizado e

21 Na parede da casa onde morei durante um período de minha pesquisa de campo em São Gabriel da Cachoeira havia um mapa da região do alto rio Negro, produzido pelo Instituto Socioambiental. Certa vez, ao receber a visita de um indígena do povo Tuyuka, pedi a ele que me mostrasse alguns pontos no mapa. Ele o fez. No entanto, não sem salientar que aquele era um “mapa tukano”. O que significa dizer que se os Tuyuka tivessem colaborado na produção do mapa, o resultado seria diferente.

22 Sahlins, 2003.

23 Inicialmente tal projeto chamava-se Radar da Amazônia. Após 1975 passou a se chamar Radambrasil. Existiu entre 1970 e 1985, no âmbito do Ministério das Minas e Energia. Dedicava-se a captar imagens aéreas com radares instalados em aviões. A interpretação dessas imagens permitiu a realização de um amplo estudo do meio físico e biótico das regiões abrangidas, culminando em textos analíticos e mapas temáticos acerca de temas como geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra e capacidade de uso dos recursos naturais renováveis. Até hoje algumas informações obtidas por este projeto são utilizadas como referências nas propostas de zoneamento ecológico da Amazônia brasileira (https://pt.wikipedia.org/wiki/Projeto_Radambrasil. Acesso em: 10 ago. 2019).

24 “O rio Içana tem cerca de 696 km de extensão. Das cabeceiras até o limite Colômbia/Brasil são 76 km. Serve de fronteira com a Colômbia por mais 110 km e daí até a foz, no rio Negro, são mais 510 km. No Brasil, apresenta 19 cachoeiras” (CABALZAR & RICARDO, 2006: 7).





na luta pela demarcação das terras.²⁵

Outra característica das atividades minerárias na região do alto rio Negro é que mineração e garimpo são feitos concomitantemente. Para melhor entender esse ponto, é preciso primeiramente estabelecer alguma diferenciação entre os termos, para em seguida poder aproximá-los. Grosso modo, enquanto a mineração é controlada por empresas, o garimpo é controlado por um “chefe” ou “dono do garimpo”. As empresas mineradoras geralmente atuam em regiões onde pesquisas geológicas indicam a existência de minérios, os quais, muitas vezes estão em regiões montanhosas ou em porções mais profundas do solo, o que faz com que sua extração dependa de equipamentos e tecnologias avançadas, além de funcionários e técnicos. Já nos garimpos, a extração é feita individualmente ou por pequenos grupos e/ou cooperativas de garimpeiros, manualmente ou com maquinário bastante rudimentar, em geral, de propriedade do “dono do garimpo”. Outras características do garimpo são a imprecisão na extração, devido à ausência de planejamento de mina e estudos geológicos mais precisos; a baixa tecnologia e/ou métodos de extração pouco sofisticados; pouca estrutura operacional e empresarial na e da mina; pouca ou nenhuma preocupação com cumprimento de leis, com a segurança dos trabalhadores, e com os impactos sociais e ambientais da atividade; elos com redes não convencionais ou ilegais de crédito e compra do produto extraído; baixa transparência ou ausência dela no que se refere ao volume extraído e à venda do minério (WANDERLEY, 2015).

A particularidade do alto rio Negro é que, desde a descoberta dos primeiros depósitos de ouro (e outros minérios) nas aluviões de alguns rios, houve a atração tanto de garimpeiros quanto de empresas de mineração. Dado que o objetivo do presente artigo é explorar algumas das políticas em torno da mineração, tento abarcar nessas relações um grande número de atores: empresas, líderes e comunidades indígenas, garimpeiros (indígenas e não indígenas), militares, indigenistas, funcionários públicos, agências e órgãos estatais, cooperativas, leis e projetos de leis etc. A seguir, faço uma breve descrição dos primeiros empreendimentos minerários na região do alto rio Negro²⁶, privilegiando trazer à luz as perspectivas indígenas (e também as não indígenas) sobre os impactos e efeitos que eles tiveram, pois é a partir daqueles episódios recentes narrados acima que eventos passados são revistos e transformados.

Embora as primeiras pesquisas geológicas tenham sido oficialmente feitas na região do Morro dos Seis Lagos (que atualmente se sobrepõe à TI Balaio), o primeiro garimpo explorado na região do rio Negro ficava na Serra dos Porcos (*Apidzattoroni*, em língua baniwa), na bacia do rio Içana. Através da atuação de garimpeiros (chamados de *peões*) brasileiros e colombianos, e também de indígenas, o produto extraído nesse garimpo era o ouro. Por volta de 1982 foram lá

25 Esse compasso entre pressões externas variadas e luta pela demarcação é percebido também por outros pesquisadores em outras regiões, como entre os Yanomami (ALBERT, 1995) e entre os Waiãpi (GALLOIS, 2011), para citar apenas os exemplos cuja pressão garimpeira foi central para a organização do movimento indígena local. Para saber mais sobre formação do movimento indígena do alto rio Negro ver Iubel (2015); Soares (2012); Peres (2003); Garnelo (2002 e 2002a) e Luciano (2006).

26 Exclui-se, portanto, da análise os ocorridos na região do médio rio Negro.

trabalhar alguns indígenas da região de Pari-Cachoeira, distrito localizado na bacia do rio Uaupés. Nessa empreitada, eles aprenderam a identificar a presença do metal e a fazer a extração manual do mesmo. Como em toda narrativa, há aqui pontos divergentes. Em entrevista concedida em 1987 ao antropólogo Carlos Alberto Ricardo, o líder indígena Tukano de Pari-Cachoeira, Henrique Castro, diz que ele e seus parentes (primos e irmãos) encontraram ouro na Serra do Traíra em 1984.²⁷ Em outra publicação, dois indígenas, também Tukano, explicam que em novembro de 1983 “garimpeiros invadiram o rio Uaupés e descobriram ouro e evidentemente incentivaram os índios a seguirem o mesmo caminho, o que (...) desequilibrou a estrutura política de nosso costume” (GENTIL & SAMPAIO, 1985: 68). Nesse pequeno artigo, eles relatam também que havia (nos anos de 1983 e 1984) balsas de garimpeiros (inclusive do então governador do estado do Amazonas) em diversas regiões do alto rio Negro, sobretudo no Uaupés e no Içana. Este parece ter sido um dos elementos que levou os indígenas a lutarem pela demarcação contínua de seus territórios, buscando “defender a integridade territorial indígena que é o Alto Rio Negro” e “acabar com a divisão entre as paróquias dos missionários salesianos que sempre causaram prejuízos na defesa de nossas terras e, enfim, explorar as riquezas tão cobiçadas pelos brancos” (Ibid).

Após uma reunião ocorrida em Taracuá²⁸, nos dias 02 e 03 de fevereiro de 1984, que contou com a presença de representantes de Pari-Cachoeira, Iauaretê e Içana, decidiu-se demandar a criação de um Território Federal Indígena do Alto Rio Negro, englobando as seguintes áreas: Iauaretê, Pari-Cachoeira, Taracuá Uaupés, Içana Aiari, Içana-Chié e Rio Cubate. Outra reivindicação apresentada após esta reunião era a “eleição direta para os cargos representativos da Funai”, desde o Presidente até Delegados e que fossem, preferencialmente, lideranças indígenas. E ainda, que a Funai fosse alienada do Ministério do Interior e ligada diretamente à Presidência da República (Op cit.: 73). No documento final da reunião listavam-se, dentre outros, os seguintes interesses: abrir os garimpos no Território Indígena somente para os indígenas; maior proteção ao acervo cultural indígena; autorizar o ensino bilíngue (na língua indígena e na língua nacional); criar mais escolas (em todos os níveis) e também de uma universidade federal; e ainda que, antes de abrir estradas (como a Perimetral Norte), os indígenas fossem consultados.

Paralelamente às buscas por ouro, às invasões garimpeiras e à chegada de empresas de mineração na região, uma associação indígena de Pari-Cachoeira solicitou junto ao 8º Distrito

27 Essas informações a respeito da descoberta de ouro na Serra do Traíra foram encontradas em entrevistas feitas por Carlos Alberto Ricardo com diversas lideranças indígenas nos dias em que ocorreu a Assembleia que culminou na fundação da Foirn, em 1987. Aqui jaz um ponto de controvérsia a respeito da “posse” da Serra do Traíra. Em comunicação pessoal, o pesquisador Danilo Paiva Ramos, que trabalha com os Hupdah há mais de dez anos, me disse que esse grupo (juntamente com os demais grupos que formam a família linguística Maku, mais recentemente renomeada por Nadahup) reivindica para si o território no qual está a Serra do Traíra. Embora essa Serra esteja presente nas narrativas mitológicas de diversos povos da região, são os de língua Nadahup que conhecem os lugares e perigos da Serra do Traíra.

28 Assim como Pari-Cachoeira e Iauaretê, Taracuá estabeleceu-se como sede da missão na primeira metade do século XX. Nessas sedes, em geral, havia igreja, escola, atendimento médico, centro comunitário e casas unifamiliares (a vivência em malocas, grandes casas comunais onde tradicionalmente habitavam mais de uma família nuclear passou a ser proibida pelos missionários salesianos desde a sua chegada ao alto rio Negro).





do DNPM (Amazonas) a elaboração e estruturação de um projeto visando a “implantação de um sistema mineiro na região do rio Tiquié, através dos próprios silvícolas” (CARDOSO, s/d.). A primeira fase deste projeto consistia em prospecção das ocorrências minerais na área, em particular de ouro e foi iniciada em dezembro de 1983. A solicitação dos indígenas era não somente da pesquisa, mas também que o DNPM lhes oferecesse orientação técnica, “ensinando-os a lidar com os métodos de mineração usando os testes de equipamentos de lavra” e incentivo ao “cooperativismo mineiro junto à coletividade indígena de Pari-Cachoeira” (Op. cit.: 2). Segundo relatório da antropóloga Berta Ribeiro (1987), em 1985, havia cerca de 400 indígenas trabalhando em três grotas²⁹ na Serra do Traíra, e um número ainda maior de garimpeiros não indígenas.

A “corrida” pelo ouro se dava então em pelo menos três frentes: os indígenas tentando assegurar juridicamente o território e a autonomia na exploração de suas riquezas; os garimpeiros não indígenas, articulados ou não com redes locais de pequenos e médios empresários, invadindo e explorando a região; e grandes empresas (estatais ou privadas) tentando ganhar a legalização das áreas de pesquisa e lavra, através de pedidos de requisição junto ao DNPM. À época, esses pedidos se fundamentavam no Decreto nº 88.985, de novembro de 1983, que regulamentava os artigos 44 e 45 da Lei nº 6001, de dezembro de 1973. O Decreto previa exclusividade aos “silvícolas” no exercício das atividades de “garimpagem, faiscação e cata”, mas também previa concessão de autorizações de pesquisa e lavra de “minérios considerados estratégicos, necessários à segurança e ao desenvolvimento nacional, segundo critérios definidos pelo DNPM. Tais concessões seriam, preferencialmente, dadas a empresas estatais, podendo, entretanto, em casos excepcionais e a critério da Funai, ser conferidas a empresas privadas nacionais. Ou seja, havia inúmeras brechas legais à exploração mineral em terras indígenas. Segundo o DNPM, em 1986, havia inúmeros pedidos de requerimento e alvará de pesquisa e exploração na região do alto rio Negro, envolvendo ao menos 19 empresas privadas.

Fora das áreas indígenas, mas tendo implicações diretas sobre as mesmas, se dava a atuação de políticos em diferentes níveis (senadores, deputados, governadores e prefeitos), os quais tentavam “legalizar a invasão de áreas indígenas”, muitas vezes construindo fundamentações no que chamavam “aspecto fático” – isto é, que já era evidente a existência de muitos garimpeiros clandestinos em áreas indígenas, sem que a Funai tivesse meios de fiscalizar e impedir esta presença (DALLARI, 1984). Produzia-se ainda uma enxurrada de leis, decretos e portarias que buscavam criar uma legalidade à margem da Constituição para atividades minerárias em Terras Indígenas. Junto a isso, alguns setores da mídia defendiam o argumento de que a exploração dessas riquezas da Amazônia seriam a solução para o “problema econômico” do Brasil. Um exemplo, nesse sentido, foi a publicação do Editorial “A verdadeira segurança nacional”, assinado por Roberto Marinho, que explicitamente afirmava que “o Brasil necessita extrair e exportar minérios para salvar sua economia e não pode ficar a mercê de um pequeno contingente indígena que exige a conservação ecologicamente harmônica do seu território para sua sobrevivência” (RICARDO, 1985: 33).

29 Estimava-se que havia outras quinze com potencial de exploração (RIBEIRO, 1987).

Desde o início das empreitadas garimpeiras na Serra do Traíra a administração foi feita pelos dirigentes da União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié (UCIRT). Eram eles quem organizavam o acesso aos locais de trabalho, a segurança, a comercialização, o transporte dos produtos extraídos e as tentativas de negociação e diálogo com empresas mineradoras e órgãos estatais que começavam a circular na região e a assediar os indígenas. Importa aqui sublinhar que, embora a relação entre indígenas, garimpeiros e empresas de mineração sempre contivessem (e contenham) alto grau de tensão, as relações entre algumas empresas e órgãos estatais eram, por vezes, harmônicas na medida em que tinham interesses mútuos. Robin Wright (1987) escreve que a despeito do ímpeto dos garimpeiros que “juraram que não sairiam da Serra [do Traíra] a não ser mortos, (...) a Paranapanema, aliada com as Forças Armadas, e o todo-poderoso interesse da Segurança Nacional, conseguiu retirar esses invasores, utilizando-se do exército privado da Empresa Sacopã” (WRIGHT, 1987: 86).

Eram também as empresas de mineração que se aproveitavam da morosidade do processo de demarcação das terras indígenas para ludibriar alguns indígenas, prometendo-lhes que fariam a demarcação. Aquele líder da entrevista citada acima narra algumas dessas tentativas:

Aí a Paranapanema aparece prá outro nosso irmão, que não entendem: “olha, nós vamos fazer o possível por vocês, o governo não fez, a Funai não fez, mas a Comércio Paranapanema tem dinheiro pra jogar fora, nós vamos fazer a demarcação pra vocês”, aí a comunidade indígena abriu mão, pensando que eles iam demarcar a nossa terra. Quando nós pedimos eles recuaram: “o governo não quer que a gente faça”, e assim por diante. Confiamos e nada feito (RICARDO, 1991: 117).

Segundo ele, as supostas negociações com a Paranapanema muitas vezes foram feitas a partir de ameaças. Como fica explícito neste trecho de sua entrevista:

A Paranapanema, no ano passado [1986], começou: “aqui, na área que a gente tá trabalhando não dá pra botar maquinaria e não sei o que mais, nós queremos fazer um convênio com vocês, não se se vocês vão decidir, **se não decidir vocês perdem tudo; vão entrar não sei quantos garimpeiros brancos, o governo vai colocar aqui e vai encher**; se a gente fizer, vamos ajudar vocês, vamos defender vocês”. Então a comunidade abriu mão outra vez e disse: “tá bom, nós abrimos outra vez pra vocês pesquisarem, não pra trabalhar. Quando vocês acabarem de pesquisar a gente vai se encontrar outra vez, aí a gente vai ver a possibilidade de fazer por cento, aí a gente vai entender, partir metade-metade, se você não concordar com isso, então cai fora. Você tem que fazer conforme pedir a comunidade. Então eles falaram: “nós vamos fazer tudo, não sei o que mais” (Ibid, grifo meu).

Um agravante nessa situação foi a atuação do Conselho de Segurança Nacional (CSN)





(leia-se, militares) nas tentativas de bloquear a demarcação das terras indígenas da região em extensão contínua. Uma primeira proposta de demarcação feita pelo CSN, em 1986, foi a da criação de Colônias Agrícolas Indígenas, rechaçada pelos indígenas na II Assembleia dos Povos Indígenas do Rio Negro, em 1987. A contrapartida do CSN foi um mosaico de Colônias Agrícolas Indígenas e Florestas Nacionais, proposta aceita pela Ucirt e outras associações indígenas que começavam a se formar na região. Após alguns levantamentos de dados socioeconômicos feitos em 1987 e 1988, decidiu-se pela criação de duas Áreas Indígenas, 12 Colônias Agrícolas e 11 Florestas Nacionais, excluindo a maior parte da Serra do Traíra, local de grande pressão garimpeira.

A Paranapanema obteve alvará de pesquisa na região da Serra do Traíra junto ao DPNM em 1985³⁰. Evidentemente, não cabia a ela demarcar terras indígenas, embora contasse com aliados no governo. No ano de 1986, por exemplo, o diretor do escritório da Paranapanema em Manaus era também Coronel do Exército. A empresa, neste período, apoiava as viagens de algumas lideranças indígenas a Manaus e Brasília a fim de contatarem autoridades federais para as negociações no âmbito do Projeto Calha Norte. Entretanto, como ficou claro na entrevista de Henrique Castro, a Paranapanema também costumava afirmar que o governo poderia agir contra os interesses indígenas. Assim, a empresa acabava criando ou reforçando divisões entre os indígenas, entre lideranças e entre estas e os indígenas. Isso não ocorreu desse modo somente na bacia do Uaupés, no Içana a mesma prática era utilizada pela GoldAmazon, empresa que, como ressalta Milena Estorniolo (ESTORNILO, 2013: 56), atrapalhava a consolidação das comunidades na defesa de seus direitos. O caso baniwa tinha o agravante de que as comunidades se dividiam entre católicas e evangélicas (GARNELO, 2002), divisão que se replicava nos debates acerca da mineração.

Geralmente, as comunidades baniwa que buscavam se integrar em projetos de mineração elegiam alguém para ser *wapidzawali* – título atribuído aos antigos “cabeças de guerra” –, a quem cabia a missão de negociar com as empresas. Um deles, Chico Apolinário, capitão de Tunuí (comunidade no rio Içana), foi eleito e “deveria defender os interesses indígenas conseguindo o máximo possível de mercadorias e o direito à participação na atividade mineradora, em troca da permissão para que a empresa garimpasse dentro de seu território” (GARNELO, 2002: 263). No entanto, houve muitas acusações de que ele teria se corrompido no processo e sua atuação foi vista como falha, segundo Garnelo. Além disso, as promessas feitas pela empresa não foram

30 Além da Serra do Traíra, a Paranapanema atuou também na bacia do Içana, na Serra do Caparro (*Pewá*, em baniwa), onde a empresa abriu o terceiro garimpo de ouro na região do alto rio Negro. Este garimpo foi abandonado (pela empresa) no início dos anos 1990, sob a alegação de inviabilidade econômica (RICARDO, 1996). A saída da empresa não significou, entretanto, o cessar das atividades garimpeiras no Caparro. Ao contrário, pois com a intensificação do trânsito de garimpeiros outros minérios além do ouro foram descobertos. Um destes minérios descobertos foi o tântalo. Trata-se de um metal de transição, raro, azul grisáceo, duro, de brilho metálico e resistente à corrosão, que tende a ser encontrado junto ao Nióbio. Estima-se que 40% do Tântalo mundial está em território brasileiro e que o país produza mais de 18% do que é consumido mundialmente deste metal, usado, principalmente, na fabricação de componentes eletrônicos (SOUSA, et. al., 2013); (RODRIGUES, 2009). Na região do Içana é visível a ocorrência de tântalo em diversos pontos, próximos às margens do rio, quase sempre seu teor é relativamente baixo, mas de grandes extensões. A extração é feita com bateias nas aluviões dos igarapés (ANDRELLO, comunicação pessoal).

cumpridas, o que contribuía para o descrédito das lideranças indígenas responsáveis pelas negociações. Garnelo argumenta ainda que houve uma reação de capitães contra a mineração, a qual, somada à queda do preço do ouro no mercado internacional acabou criando um ambiente favorável para a “expulsão lenta, mas irreversível dos garimpeiros e para uma melhor receptividade das iniciativas do movimento indígena na região” (Op cit.: 265).

De volta ao Tiquié. Em 1987, além da exploração realizada manualmente, uma draga foi adquirida com financiamento de um comerciante da região da Serra do Traíra, cujo uso era supervisionado pela UCIRT. Além disso, já havia sido aberto um campo de pouso para a descida de helicópteros e paraquedistas do Exército, na expectativa de que esse fizesse cessar a invasão maciça de garimpeiros não indígenas. As tentativas de negociação e pressão sobre o Exército estavam, quase sempre, fundamentadas na necessidade de cessar as invasões (RIBEIRO, 1987). No entanto, como apontado por Renato Athias, em artigo intitulado “Demarcação Urgente” (1985), até mesmo os trabalhadores do Batalhão de Engenharia e Construção, encarregados da construção da Perimetral Norte, chegavam a abandonar seus postos e tentavam a sorte no garimpo.

Também em 1987 foram assinados dois documentos estabelecendo os termos de relacionamento entre a Empresa de Mineração Paranapanema e a Comunidade Indígena de Pari-Cachoeira, sendo um para a pesquisa (“Declaração”) e outro para exploração (“Acordo”) mineral na Serra do Traíra. No documento intitulado “Declaração” lê-se, dentre outras coisas:

(...)

II – Que é aspiração da Comunidade Indígena do Rio Tiquié, dentro dos critérios próprios, discutidos e decididos internamente, de modo autônomo transformar racionalmente tais riquezas potenciais em recursos Econômicos-Financeiros capazes de sustentar o desenvolvimento comunitário;

III – Que a comunidade Indígena do Rio Tiquié tem condições de explorar tais riquezas apenas com cata ou garimpagem com meios mecanizados simples e lhe faltam, no período atual, conhecimentos e recursos econômicos para desenvolver pesquisa e lavra industrial;

IV – Que o disposto no artigo 45 da Lei nº 6001 de 19 de Dezembro de 1973, nos artigos 4, parágrafo 1º, e 9º do Decreto nº 88985, de 10 de novembro de 1983, e na Portaria nº 682, de 10 de junho de 1986, dos Ministérios de Minas e Energia e do Interior, torna possível e legal a exploração de riquezas encontráveis em áreas de terras indígenas;

V – Que a Comunidade Indígena do Rio Tiquié mantém com Grupo Empresarial PARANAPANEMA, **relações de convivência fraterna e pacífica de respeito e de apoio mútuos e de interesses comuns** reafirmados em diversas oportunidades e ratificados em ACORDO DE HONRA firmado pela “UCIRT” e pela PARANAPANEMA em 16 de agosto de 1986, em Pari-Cachoeira, na presença de altas autoridades Federais e Estaduais. (UCIRT, 1987: n.p., grifo meu)

Já o documento intitulado “Acordo” deixa claro que há trechos que incidem sobre a área





indígena da comunidade do rio Tiquié que tiveram pesquisa solicitada pela Paranapanema junto ao DPNM e que, assim que essas autorizações fossem concedidas, a empresa realizaria as pesquisas e a extração mineral “sem qualquer restrição por parte da comunidade”. A contrapartida oferecida pela empresa seria a garantia à comunidade de “livre trânsito”, “desenvolvimento de projetos agropecuários e de extrativismo animal e vegetal”, “exploração mineral manual ou com equipamentos simples” pelas áreas de pesquisa e/ou extração, “salvo em locais definidos pela Paranapanema”. Entretanto, brechas deixadas por expressões como “salvo em locais definidos pela Paranapanema” e o real descompasso entre o que na “Declaração” se coloca como “relações de convivência fraterna e pacífica” e “interesses comuns”, tiveram desdobramentos não previstos pelos documentos.

Nenhuma das promessas da Paranapanema foi cumprida. Some-se a isso o fato de que as promessas feitas no âmbito do Projeto Calha Norte (PCN) – criado em 1985 pelo governo federal, que visava a “defesa e a segurança” na faixa de fronteira ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, principalmente através da militarização da região – também não foram cumpridas. Desde 1988 a adesão ou não às propostas do PCN dividiam opiniões no alto rio Negro. Mas, por volta de 1989, começaram a se intensificar as insatisfações, as denúncias de que os projetos prometidos não andavam e a mobilização pela demarcação de uma área contínua. Tudo isso acirrou as tensões entre os indígenas, os garimpeiros e as empresas de mineração. Em 1990, a Paranapanema deixou a Serra do Traíra e a Serra do Caparro “alegando inviabilidade econômica da exploração” (RICARDO, 1991: 127).

Nesse tabuleiro complexo formado por diversos agentes e entidades, uma das consequências da mineração, tanto no Içana quanto no Tiquié, foi o descrédito de diversas lideranças que ensaiaram negociações com as empresas mineradoras. Embora aquele documento citado acima relatasse a existência de “relações de convivência fraterna e pacífica de respeito e de apoio mútuos e de interesses comuns”, com o descumprimento por parte das empresas de vários pontos dos acordos ou os ganhos com a exploração mineral tendo ficado aquém nas expectativas das comunidades, o prejuízo maior foi para as lideranças e para a organização social indígenas.

Outra liderança (Baniwa), que coordenou o projeto de pesquisa com tantalita em meados da década de 1990, recorda, por exemplo, que garimpeiros e empresários de mineração desde sempre enganaram os povos indígenas e agiam com “armações mentirosas”. Em suas palavras:

Muitos capitães (*eenawinai*) já tinham sido enganados nas comunidades junto com seu povo trabalhando de graça sem receber pelo trabalho. Isso tinha entristecido o povo Baniwa e Kori-pako para lutar para expulsão dos mesmos. Os garimpeiros já tinham enganado as comunidades comendo sua farinha, caça e pesca em troca posterior de pagamento que nunca acontecia. Os garimpeiros já tinham engravidado as filhas nas comunidades, as enganavam com suas bolachas e café (André Fernando, comunicação pessoal).

Uma das consequências negativas do garimpo, na visão dessa liderança, foi o impacto na vida das famílias e das comunidades, nas caças e na pesca, que foram se tornando mais escassas, dado o desrespeito às formas de manejo tradicionalmente praticadas. A contrapartida positiva dessa experiência, ao menos para os Baniwa, foi a criação de organizações e associações indígenas. A primeira associação Baniwa foi criada em 1988 e seu principal objetivo era a expulsão das empresas mineradoras de seu território.

De modo geral, hoje, quando se fala de mineração no alto rio Negro, muitos indígenas tendem a reforçar aspectos e consequências negativas. Os Baniwa, por exemplo, estão constantemente debatendo e reavaliando suas experiências com o garimpo. Nestes momentos de reflexão, relembram experiências nas quais foram enganados (mandavam indígenas fazer escavação para juntar cascalho e diziam que os pagariam com isso), surrados (pelo Exército) e amedrontados (pelas empresas). Há hoje, entre os Baniwa, aqueles que se posicionam contra projetos de exploração mineral, por avaliarem que o garimpo “ajudou a bagunçar, desorganizar mais a vida das comunidades” e que “o garimpo foi um fracasso em termos de resultados no Içana”. Além disso, muitos sublinham que na reação ao garimpo “o povo e seus líderes tomaram atitudes e medidas” que mudaram a vida do povo Baniwa e Koripako nos últimos anos, através de uma melhor organização visando a defesa de suas terras, através de projetos próprios (como escolas e alternativas de geração de renda). Pesando esses pontos na balança, a avaliação que fazem muitos Baniwa hoje é que os benefícios da mineração não superam seus aspectos negativos, os quais seriam: desorganização das comunidades, enfraquecimento e descrédito de lideranças, avanço de algumas doenças, degradação ambiental, violência, inflação, desabastecimento, dentre outros.

Além disso, os minérios são envolvidos também por considerações de ordem cosmológica.³¹ Andrello sublinha:

O Sr. Getúlio, capitão da comunidade de Castelo Branco, havia dito em certa ocasião que todos os minérios possuem uma força específica, chamada em Baniwa *liuauaruna*. Este poder vem diretamente de sua sombra – ou alma –, chamada *lináfia*. Por possuírem alma, os minérios também estão vivos, e por isso devem ser mantidos na água, como os peixes, para que não morram. Seus donos, ou pais, se aborrecem quando os homens passam a retirar minério em excesso e então exigem alguma retribuição. As mortes que ocorrem em demasia nos garimpos se devem a isso; ou seja, não são as brigas ou desentendimentos entre os homens que levam às mortes, mas o pai do minério que leva alguns garimpeiros em troca do minério que está sendo extraído. Mesmo sabendo disso, os Baniwa se empenharam para que a experiência de comercialização de tantalita obtivesse sucesso, nos anos 1990³². Podemos supor, assim que a quantidade de minério que foi vendida situava-se dentro de um patamar admissível (ANDRELLO, s/d: n.p.).

31 Ver IUBEL (2020).

32 Antes da demarcação das Terras Indígenas, quando a exploração mineral era, portanto, autorizada.





Mais recentemente, um interlocutor Baniwa que participou desse projeto de extração de tantalita complementou estas considerações dizendo:

Quando finado senhor Getúlio dizia que os minérios tinham *liwawaronaa*, porque os minérios têm donos, os donos são *Yoopinai*, eles são protetores destes minérios, minérios são deles, são produtos deles, são enfeites ou fazem partes de jardins de suas cidades *iarodattinai*, fazem parte de suas joias, são seus adornos. Como em qualquer ser vivo ninguém permite que mexe nas suas coisas sem autorização, mexendo sem autorização tem consequências, doenças ou mortes. Isso em troca de... eles cobram por seus produtos... Na realidade os animais, peixes, cobras é que são donos... difícil de entender, mas a nossa cultura explica isso. Desastres ecológicos acontecem pelos mesmos motivos. Eles são pessoas em seu ser, eles eram pessoas como nós, mas houve época em que o criador nos separou, nós ganhamos direitos de sermos humanos e eles animais. Quando sonhamos com pessoas, na verdade são eles. Muitas vezes, às vezes não (André Fernando, comunicação pessoal).

Liwawaronaa pode ser traduzido por “aquilo que tem espírito/alma/, que tem vida dos seres vivos invisíveis ou que estão em animais que a protegem, pois minério é deles”. A tradução de *linaphia* é “foto/imagem/sombra/espírito”. *Iarodatti* é traduzido como “lugar/centro/cidade dos *Yoopinai*, dos animais”. *Liminali* é “dono”. E *yoopinai* são “os seres invisíveis, animais no mundo diante dos nossos olhos, mas no seu lugar são gente como nós, eles são os donos dos lugares e o minério é um dos produtos dos quais eles são donos”. Essas traduções me foram fornecidas por aquele interlocutor. *Yoopinai* é uma palavra formada a partir da junção do radical *yóopi* (louco) com a particular coletivizadora *nai*. O que produz uma tradução literal como “coletivo de loucos”. O sentido, no entanto, é de uma categoria genérica que encobre um coletivo (social) de seres que não são humanos em sua forma corporal, o que não quer dizer que não sejam humanos em sua condição essencial. Quem tem conhecimento para descrever e acessar os mundos nos quais vivem estes seres são os pajés Baniwa.

Segundo João Vianna, os *yóopinai* “estão entre os espíritos mais importantes do cosmo Baniwa, seja por sua capacidade de gerar quanto de tirar vida de humanos e de animais e plantas” (VIANNA, 2012: 124). Muito importante é também considerar que se é *yóopinai* sempre em relação a alguma coisa ou a alguém. *Yóopinai* nomeia um conjunto determinado de relações entre determinadas pessoas (humanas e não humanas) e não somente uma categoria ontológica (Op. cit.: 129). Vianna sugere que são os cruzamentos entre os mundos e as pessoas desses mundos que fazem se tornarem *yóopinai* para os humanos, e, provavelmente o reverso também é verdadeiro. É na relação dos Baniwa com os minérios, portanto, que estes se tornam “enfeites ou fazem parte dos jardins” dos *yóopinai*. Essa é, sem dúvida, mais uma camada de conhecimentos e disputas que se sobrepõem a todas as outras questões e agentes implicados nas atividades minerárias – desde a pesquisa até a exploração.

Episódio III – Novo assédio da mineração sobre os Baniwa

O assédio de setores do governo federal e de empresas mineradoras continua intenso, e, em certa medida, facilitado, haja vista algumas das opiniões do atual prefeito de São Gabriel da Cachoeira, como as citadas no início desse artigo. Foi novamente a Folha de SP, agora em reportagem de 24 de junho de 2018³³, quem trouxe a público que uma empresa vinculada a Elton Rohnelt³⁴ (PSDB), que foi assessor do então presidente Michel Temer, tentava convencer – através da doação de barcos e outros equipamentos, pagamento por amostra de minério e promessas de cestas básicas – comunidades indígenas na região do Içana a praticar mineração.

No dia 22 de outubro de 2017 o empresário Otávio Lacombe³⁵ esteve na comunidade Canadá, no rio Aiari (afluente do Içana), apresentando o que chamou de projeto de extrativismo mineral indígena. Depois da visita à comunidade, os Baniwa, representados juridicamente na figura da Associação das Comunidades Indígenas do Rio Aiari (ACIRA) enviaram “Carta pública de manifesto contra a proposta de projeto de extrativismo mineral do empresário Octávio Lacombe na região do Rio Ayari/Içana – Terra Indígena Alto Rio Negro-AM” (2017) à Foirn, à Coordenação Regional do Rio Negro – CRRN/FUNAI, e ao Ministério Público Federal/Procuradoria da República no Estado do Amazonas, na qual listou-se alguns dos pontos do “encontro” entre o empresário e os Baniwa. Nessa Carta consta que Otávio disse estar na comunidade a convite da mesma e mostrou um documento que teria sido assinado por um suposto morador de Canadá como prova, porém, tal documento teria sido falsificado. O empresário também teria dito contar com autorização da Funai para estar na comunidade, fato também negado pelos indígenas. Ele teria lembrado ainda que seu pai esteve na região (na Serra do Caparro e no Traíra), em 1980 e 1986, junto com a GoldAmazon, explorando ouro e que agora era a vez dele, o filho, trabalhar com os Baniwa, e “só com os Baniwa”. Na Carta, os Baniwa também relatam que o empresário deixou bem claro que o passado ficou pra trás, que ele sabe que agora “vocês têm uma organização, vocês têm a comunidade” e que “foi demarcado”, na clara tentativa de diferenciar sua atual proposta das decepcionantes experiências passadas. Nesse sentido, ele fala que seu projeto é de “extrativismo”, o que, em suas palavras, difere de “mineração”. Ele lembra que mineração foi o que o pai dele fez com os índios Waimiri Atoari, no município de Presidente Figueiredo. Otávio também lembrou, naquela reunião, que juntamente com Elton tem vários requerimentos de pesquisa e exploração do subsolo no Brasil e na região do Içana e Aiari (que ele comprou da GoldAmazon, da Edgar

33 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/assessor-de-temer-tenta-explorar-minerio-raro-em-terra-indigena.shtml>. Acesso em: 10 dez. 2018.

34 Elton Rohnelt é filho de Edgard Rohnelt, que era dono da GoldAmazon, empresa que, junto com a Paranapanema, explorou garimpos na região do Içana nos anos 1980.

35 Otávio Lacombe é filho de Octávio Cavalcante Lacombe, que foi presidente da Paranapanema, e sócio majoritário da Edgar Rohnelt Mineração Limitada.





Rohnelt e da Sergam³⁶) e que pretende dar prosseguimento a esses trabalhos baseado no Estatuto do Índio (de 1973), que ele leu junto à comunidade de Canadá naquele dia. Sua proposta, que parece repetir um passado ainda muito vivo na memória de muitos que lá estavam, é de incentivar os indígenas a explorarem minérios através da organização de cooperativas. Para esse propósito, Otávio fez questão, ele próprio, de providenciar um esboço de estatuto de cooperativa.

Ele também disse que estava “tudo encaminhado junto ao presidente da Funai”, e que o mesmo estaria “dando apoio porque na região do médio Içana a água é ácida, não tem peixe, não tem agricultura, não tem manejo florestal, então, o trabalho que tem, a vocação daquela região é mineração, e o minério que está no solo é a tantalita”. Em suas tentativas de convencimento Otávio disse que é impossível ao prefeito e ao município administrar satisfatoriamente um território tão grande tendo uma arrecadação tão pequena e que, se “o município não pode ajudar as comunidades”, o trabalho com a mineração poderia ser a única alternativa. Ele chegou a dizer que:

tem certas pessoas ou organismos institucionais e federações, que querem que vocês sejam apenas os observadores de natureza, ficam olhando a natureza, e que tem direito apenas de comer e dormir. E vocês têm outros direitos, é permitido trabalhar por vocês. Eu quero trabalhar por vocês, esse é meu projeto. (Carta pública de manifesto contra a proposta de projeto de extrativismo mineral do empresário Octávio Lacombe na região do Rio Ayari/Içana – Terra Indígena Alto Rio Negro-AM, 2017, mimeo, n.p.).

Mas, nas conclusões da Carta, os Baniwa escrevem que percebem várias das falas do empresário como tentativas de cooptação e enganação. Quanto a Otávio ter dito que o general (Omar Zendim, comandante da 2ª Brigada de Infantaria de Selva) sabe e acompanha as “andanças dele pela nossa terra”, os Baniwa entendem que “não vale a pena denunciar a presença dele, porque tem apoio do exército”, ao que acrescentam: “isso não aceitamos, e estamos cientes de que nossos direitos territoriais são vistos como impasses pelos olhos de interesses de políticos e empresários” e que “sabem que a política do cenário nacional não é favorável aos nossos direitos”. Os Baniwa também concluíram “entender que ele tentou estimular o nosso raciocínio para aceitar o projeto dele. Do tipo, se não tenho dinheiro para adquirir os bens, eu tenho que trabalhar, e que essa, que ele apresenta, é uma oportunidade de trabalho”. Ou seja, as compreensões e as conversas com empresários e políticos hoje são diferentes do que eram trinta anos atrás. O cenário já não é mais o mesmo.

Evento II – Cancelamento dos requerimentos de pesquisa ou lavra em Terra Indígena no Amazonas

36 Serviços Geológicos da Amazônia, empresa com mais de 30 anos de experiência parceira da Paranapanema e de órgãos governamentais em projetos de pesquisa, exploração e comercialização de minérios na região amazônica.

Naquela reportagem da Folha de S. Paulo de junho de 2018, consta uma das frases ditas por Otávio Lacombe na reunião na comunidade de Canadá: “O direito prioritário do meu requerimento eu não vou perder”. Porém, são seus alguns dos 1.072 requerimentos de pesquisa ou lavra em área indígena que foram cancelados em setembro de 2019. Atendendo a um pedido de liminar do Ministério Público Federal do Amazonas (MPF-AM), a Justiça Federal cancelou 96% dos pedidos de mineração (pesquisa e lavra) em Terra Indígena no estado do Amazonas.³⁷ Segundo o MPF-AM³⁸, a Agência Nacional de Mineração vinha mantendo os pedidos de mineração em Terra Indígena em sobrestamento, o que equivaleria a uma suspensão temporária, que mantém a preferência das empresas requerentes mesmo enquanto aguardam a regulação da mineração em áreas indígenas. O MPF-AM sustentou seu pedido de liminar alegando a ilegalidade desta prática e argumentando que

essa situação tem colocado lideranças e membros indígenas em situação de perigo ao serem cooptados e constrangidos por mineradoras e empresários do ramo. Reivindicando direitos inexistentes de preferência, as empresas apresentam promessas de ganhos materiais, em troca de autorização para entrar nas terras indígenas ou para explorar tais áreas (MPF-AM, 2019: 23).

Ou seja, que as consequências da mineração começam antes mesmo do efetivo início das atividades *in loco*, nas áreas indígenas. Segundo consta na Ação Civil Pública do MPF-AM, “os danos sobre a organização política e social das comunidades saltam aos olhos: comunidades que outrora lutaram juntas passam a se ver divididas por interesses estimulados pelos supostos detentores de direitos de preferência no exercício da mineração nessas áreas” (Ibid).

Episódios, eventos e algumas das divergências

Sahlins argumenta que “um evento transforma-se naquilo que lhe é dado como interpretação. Somente quando apropriado por, e através do esquema cultural, é que adquire uma *significância* histórica” (2003: 15, grifos do autor). Nesse sentido, sugiro que os eventos elencados na narrativa aqui construída se encontram em diferentes estágios de transformação e aquisição de significância histórica. É inegável que as experiências passadas em garimpo e mineração no alto rio Negro informam os atuais debates e decisões, não só no rio Negro, mas também na esfera nacional. E, como tudo nessa história, de modos ambivalentes. De um lado, há grupos – como o dos aliados ao prefeito – que defendem a mineração, buscam estabelecer alianças que favoreçam essa atividade e avançam sobre instituições – como a Funai – visando esse fim. De outro, há os indígenas que estão atualmente envolvidos com a elaboração dos Planos de Gestão Territorial e

37 Ref. Inquérito Civil n.º 1.13.000.000273/2017-05.

38 <http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/liminar-determina-indeferimento-de-todos-os-pedidos-de-mineracao-em-terras-indigenas-no-am>. Acesso em: 10 set. 2019.





Ambiental (dentre os quais, os Baniwa que se posicionam contra os avanços de Elton Rohnelt e Otávio Lacombe), os quais avaliam que, em se tratando de mineração, os riscos não superam possíveis ganhos. Fato é que não há, absolutamente, uma forma única de se apropriar ou de transformar acontecimentos em eventos. De modo ainda mais radical, nem mesmo um território (enquanto evento) é apropriado de forma unívoca, como ficou demonstrado pelos mapas apresentados no terceiro item desse texto. Nesse sentido, a terra pode também ser lida como um evento, e mais, é lida de formas diversas e sobrepostas.³⁹

Os episódios, eventos e o cenário narrados acima trazem à baila diferentes perspectivas sobre eles próprios, as quais, geralmente, estão em descompasso. Naquela “Declaração” assinada pela Paranapanema e pela Ucirt em 1987, por exemplo, lê-se que os indígenas do rio Tiquié aspiravam “transformar racionalmente” as potenciais riquezas minerais de seus territórios em recursos econômicos que sustentassem o “desenvolvimento comunitário”. O que estaria em descompasso com o colocado por Roberto Marinho, em editorial no Jornal O Globo também citado acima, segundo o qual a exploração da Amazônia poderia ser uma saída para problemas financeiros do Brasil. Além disso, ainda que de modo subliminar, essas duas colocações sugerem que as compreensões do que seja “desenvolvimento” são também diversas.

Quanto a isso, alguns Baniwa atualmente sugerem – após experiências de sucesso em diferentes projetos de geração de renda⁴⁰ – que os impactos negativos do garimpo não superam seus potenciais ganhos. Constatação feita a partir da observação da desorganização, tanto ambiental quanto social (não que eles separem essas duas esferas), promovida pelo garimpo e resultantes do desrespeito às formas tradicionais de manejo, que levou, por exemplo, à diminuição da oferta da caça e da pesca, e ao abandono de algumas roças. A atuação baniwa no projeto de pesquisa com a tantalita, no início dos anos 1990, também foi marcada pela experiência com o que foi traduzido como “poder dos minérios”. As atividades minerárias (seja pesquisa, seja exploração) também implicam, segundo os Baniwa, em riscos de produzir desequilíbrios cosmológicos – para além dos ambientais e sociais – os quais eles não parecem estar dispostos a correr em nome do “desenvolvimento” apregoado por atores que defendem a mineração em Terras Indígenas.

O embate nas políticas e(m) mineração, que envolvem governo e empresas, se dá interna (entre indígenas e lideranças) e externamente, assim como foram e são as relações com as igrejas, os militares, órgãos governamentais (indigenistas ou não). Nesses movimentos de relações com exterioridades diversas, promovem-se a compreensão e a apreensão indígena de processos que lhes extrapolam geográfica e cosmológicamente. Quanto à mineração, mesmo que seja para recusá-la, os indígenas estão cientes da necessidade de ter uma visão de maior extensão a respeito dela. É neste sentido que tanto os que defendem quanto os que são contra estão atualmente em busca de conhecimentos e saberes técnicos, legislativos, jurídicos, econômicos etc. acerca da mineração,

39 Outro termo que poderia ser utilizado para se referir a essa multiplicidade de olhares possíveis que são lançados sobre as terras e os territórios é equivocação (VIVEIROS DE CASTRO, 2004: 11; DE LA CADENA, 2015).

40 Tais como o Arte Baniwa, a Pimenta Baniwa e produção de mel.

seus ganhos e riscos. Esses saberes não são adquiridos de súbito nem de modo definitivo. É um processo gradual e a sucessão de eventos/episódios – que são interpretados e reinterpretados, acionados e/ou esquecidos, incorporados ou excluídos – passa a fazer parte da estrutura que os suporta, uma estrutura que está em constante transformação e renovação.

Para além de compor um “conjunto multicomunitário” ou um “sistema regional”, no qual ocorrem trocas das mais variadas naturezas (linguísticas, matrimoniais, artefatuais, de especialidades etc.), a partir das políticas e(m) mineração o alto rio Negro faz parte e atua em conjuntos ainda maiores, tais como: Brasil, mundo globalizado, redes nacionais e internacionais de exploração e comércio de recursos naturais etc. Evidentemente, as configurações e limites de ação dos rionegrinos nessas outras esferas são diferentes daqueles existentes internamente. Em relação à mineração, os povos do alto rio Negro não têm a mesma envergadura e ingerência política e/ou jurídica para atuar na implementação de leis e projetos de lei que os políticos; ou econômica, tal como têm as empresas mineradoras, por exemplo. Mas não se pode negar que esses povos atuam junto a essas esferas – em conjunto ou em contraposição – há, pelo menos, cinquenta anos. Uma atuação que, como foi visto nesse artigo, tem reflexos internos e externos ao chamado “sistema rionegrino”. Pode-se citar, por exemplo, o convite feito, em 2007, a dois líderes indígenas do alto rio Negro para que participassem de reuniões da Comissão Especial da Câmara dos Deputados criada em 1996 para debater o Projeto de Lei nº 1610, apresentado pelo então Senador Romero Jucá, que pretende regulamentar a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em Terras Indígenas (de que tratam os artigos 176, parágrafo 1º, e 231, parágrafo 3º, da Constituição Federal). Em 2011, a mesma Comissão Especial solicitou a realização de um seminário em São Gabriel da Cachoeira, cuja finalidade seria consultar as comunidades indígenas do alto rio Negro em relação à exploração mineral em suas terras.

Todas essas experiências, as narradas aqui e as que ficaram de fora desse artigo (pois são muitas) se acumulam, tornando as reações e respostas cada vez mais rápidas. Em dezembro de 2017, por exemplo, foi convocada uma audiência pública para debater a instalação de um campus da Universidade Federal do Amazonas, em São Gabriel da Cachoeira. A convocação da audiência foi feita às pressas, e excluiu-se do convite professores, diretores de escolas e lideranças indígenas. Tudo isso conduziu à indignação e a manifestações que ocorreram durante a audiência, iniciada no ginásio municipal. Mas, a maior indignação das lideranças indígenas é que a programação do evento não deixava espaço para debate e, no primeiro dia da audiência, ocorreu uma palestra sobre a exploração de granito e nióbio em São Gabriel da Cachoeira, além de uma apresentação de uma empresa de mineração sobre pesquisa, prospecção e lapidação de minerais como alternativa de geração de emprego e renda para a região. Em conversa com o presidente da Foirn à época ele me disse que a audiência mais parecia um “seminário empresarial” cujo intuito seria fomentar a mineração em terras indígenas. Professores e lideranças indígenas, portando faixas e cartazes, conseguiram paralisar a reunião, denunciando a falta de legitimidade do processo que estava ocorrendo. Com a audiência esvaziada, a mesma foi transferida para um local menor. Um dos





objetivos da audiência era produzir um documento que seria chamado “Carta de São Gabriel da Cachoeira”. No entanto, o presidente da Foirn afirmou que aquela audiência não poderia, de forma alguma, ser considerada uma consulta nos termos previstos pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). E, numa resposta rápida, a própria Foirn redigiu uma “Carta de Repúdio”, na qual os signatários contestam a audiência pública argumentando que se a ocasião era para debater a criação de um campus universitário tanto deveria se levar em consideração todas as discussões já realizadas localmente em relação ao tema educação (que não foram poucos até hoje), quanto não se deveria discutir temas como: “pesquisa, prospecção e lapidação de minerais como instrumento de geração de emprego e renda na região”; “a exploração do granito e do nióbio em São Gabriel da Cachoeira e seus efeitos sobre as comunidades indígenas, aspectos sociais, ambientais e jurídicos”; “recursos naturais, criação de cooperativas de produção e geração de emprego e renda numa perspectiva autossustentável”; “a presença das Forças Armadas no alto rio Negro e sua contribuição para a segurança nacional e o desenvolvimento sustentável da região”; “a exploração de minérios em São Gabriel da Cachoeira na ótica das representações indígenas”, dentre outros. Isso deixa evidente que a velocidade dos movimentos em torno do tema mineração é alta não só para os indígenas, que rapidamente reagem quando o tema é colocado em pauta, mas também para empresários e órgãos públicos, que aproveitam as mais diferentes oportunidades para, por sua vez, colocar o tema em pauta.

Referências bibliográficas

ALBERT, B. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza. *Série Antropologia*, 1995.

ANDRELLO, G. *Cidade do índio: transformações e cotidiano em Iauaretê*. São Paulo: Editora UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NuTI, 2006.

_____. *Rotas de criação e transformação: narrativas de origem dos povos indígenas do Rio Negro*. São Paulo; São Gabriel da Cachoeira: Instituto Socioambiental; FOIRN, 2012.

_____. Nomes, Posições e (contra) Hierarquia: coletivos em transformação no Alto Rio Negro. *Ilha*, v. 18, n. 2, p. 57-97, dezembro de 2016.

_____. *Os Baniwa e a Tântalita*. S/d. (mimeo).

ATHIAS, R. Demarcação Urgente. Em C. A. Ricardo, D. Gallois, F. Ricardo, & V. Carelli, *Povos Indígenas no Brasil / 84*. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI, 1985.

BUCHILLET, D. Pari-Cachoeira: o laboratório Tukano do projeto Calha Norte. In: C. A. Ricardo, *Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90*. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), 1991.

CABALZAR, A. *Filhos da cobra de pedra: organização social e trajetórias tuyuka no rio Tiquié (noroeste amazônico)*. São Paulo: Editora UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NuTI, 2009.

CABALZAR, A. & RICARDO, C. A. (Eds.). *Povos indígenas do Rio Negro: uma introdução à diversidade socioambiental do noroeste da Amazônia brasileira*. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2006.

CARDOSO, A. G. *Relatório de Viagem Projeto Pari-Cachoeira*. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, s/d.

CARTA PÚBLICA DE MANIFESTO CONTRA A PROPOSTA DE PROJETO DE EXTRATIVISMO MINERAL DO EMPRESÁRIO OCTÁVIO LACOMBE NA REGIÃO DO RIO AYARI/IÇANA – TERRA INDÍGENA ALTO RIO NEGRO-AM, mimeo, 2017.

CAYÓN, L. *Pienso, luego creo: la teoría makuna del mundo*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2013.

CHERNELA, J. *The Wanano indians of the Brazilian Amazon: a sense of space*. Austin: University of Texas Press, 1993.

DALLARI, D. Minérios, índios e (in)dependência. *Folha de S.Paulo*, 1984.

DE LA CADENA, Marisol. *Earth beings: ecologies of practice across Andean worlds*. Durham, N. C.: Duke University Press, 2015.

DELEUZE, G., & GUATTARI, F. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2010.

ENTRE T/TERRAS. T/terras indígenas e territórios conceituais: incursões etnográficas e controvérsias públicas, v. 1, n. 1, 2017.

ESTORNIOLO, Milena. *Laboratórios na floresta. Os Baniwa, os peixes e a piscicultura no alto rio Negro*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PPGAS-USP, 2013.

FELIPE, H. J. *Falas, lugares e transformação: os Yuhupdeh do baixo rio Tiquié*. Tese (Doutorado em Antropologia) – PPGAS-UFSCar, 2018.





FERREIRA, T. A. *Busá Busá: política, cultura e conhecimento no alto rio Negro*. Tese (Doutorado em Antropologia) – PPGAS-UFSCar, 2014.

GALLOIS, D. T. Terras ocupadas? Território? Territorialidades? In: RICARDO, F (Org.). *Terras Indígenas e Unidades de Conservação. O desafio das sobreposições territoriais*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

_____. *Terra Indígena Wajãpi: da demarcação às experiências de gestão territorial*. São Paulo: Iepé, 2011.

GARNELO, L. *Poder, hierarquia e reciprocidade: os caminhos da política e da saúde no Alto Rio Negro*. Tese (Doutorado em Antropologia) – DA/IFCH-Unicamp, 2002.

_____. Tradição, modernidade e políticas públicas no alto Rio Negro. *Somanlu*, v. 4, n. 1, p. 29-53, 2002a.

GENTIL, G., & SAMPAIO, Á. F. Febre do ouro no alto rio Negro. In: RICARDO, C. A. (Org.). *Povos Indígenas no Brasil/1984*. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação Indígena, 1985. p. 68-69.

HUGH-JONES, C. *From the Milk River: Spatial and Temporal Processes in North-west Amazonia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

HUGH-JONES, S. *The Palm and the Pleiades: Initiation and Cosmology in the North-West Amazonia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

IUBEL, A. *Transformações políticas e indígenas: movimento e prefeitura no alto rio Negro*. Tese (Doutorado em Antropologia) – PPGAS-UFSCar, 2015.

_____. Terras de Ouro: Narrativas e experiências indígenas e não indígenas acerca do garimpo de ouro na Amazônia brasileira. *Anuário Antropológico*, v. 1, p. 289-305, 2020.

MAISSONAVE, F. Índio, prefeito petista flerta com Bolsonaro. *Folha de S. Paulo*, 2018.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. “Projeto é como branco trabalha; as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar”: experiências dos povos indígenas do alto rio Negro. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PPGAS-UnB, 2006.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DO AMAZONAS. Ref. Inquérito Civil n.º 1.13.000.000273/2017-05. 2019. <http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/liminar-determina-indeferimento-de-todos-os-pedidos-de-mineracao-em-terras-indigenas-no-am>. Acesso em: 10 set. 2019.

PERES, Sidnei Clemente. *Cultura, política e identidade na Amazônia: o associativismo no Baixo Rio Negro*. Tese (Doutorado em Antropologia) – PPGAS-Unicamp, 2003.

PINHEIRO, S. S., FERNANDES, P. E., PEREIRA, E. R., VASCONCELOS, E. G., PINTO, A. C., MONTALVÃO, R. M., . . . FERNANDES, C. A. *Geologia. Projeto Radambrasil - Levantamento de Recursos Naturais. Folha NA. 19 Pico da Neblina*. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia. Departamento Nacional de Produção Mineral, 1976.

PINTO, L. F. A Rodovia Preimetral Norte: uma nova Transamazônica. *Geografia e Planejamento*, p. 1-45, 1973.

RIBEIRO, B. *Os índios do rio Tiquié e o Projeto Calha Norte*, 1987.

RICARDO, C. A. Mineração em áreas indígenas. In: RICARDO, C. A (Org.). *Povos Indígenas no Brasil/1984*. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação Indígena, 1985. p. 29-40.

_____. *Povos Indígenas no Brasil: 1987/88/89/90*. São Paulo: CEDI, 1991.

_____. *Povos Indígenas no Brasil: 1991/1995*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996.

RODRIGUES, A. F. *Economia Mineral do Brasil*. Brasília - DF: DNPM, 2009.

_____. *Descendo o rio: memórias, trajetórias e nomes no baixo Uaupés (AM)*. Tese (Doutorado em Antropologia) - PPGAS-UFSCar, 2019.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SCOLFARO, A. *Falas Waikhana: política e conhecimento no alto rio Negro (rio Papuri)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - PPGAS-UFSCar, 2012.

SCOLFARO, A., OLIVEIRA, A. G., HERNÁNDEZ, N., & GÓMEZ, S. *Cartografia dos Sítios Sagrados: iniciativa binacional Brasil-Colômbia. Salvaguarda do Patrimônio Imaterial do Noroeste Amazônico*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2013.

SOARES, Renato Martelli. *Das Comunidades à Federação: Associações Indígenas do Alto Rio Negro*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - PPGAS-USP, 2012.

SOUSA, R. M., SILVA, T. A., ALMEIDA, J. d., & GUERRA, W. Tântalo: breve histórico, propriedades e aplicações. *Educación química*, p. 343-346, 2013.





UCIRT (União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié). *Declaração*. São Gabriel da Cachoeira, 1987 (mimeo). <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/0AD00016.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

VIANNA, João Jackson Bezerra. *De volta ao caos primordial: Alteridade, indiferenciação e adoecimento entre os Baniwa*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) PPGA-UFGA, 2012.

VIEIRA, José Glebson; AMOROSO, Marta & VIEGAS, Susana de Matos. Apresentação Dossiê: Transformações das territorialidades ameríndias nas Terras Baixas (Brasil). *Revista de Antropologia*, v. 58, n. 1, p. 9-29, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation*. *Tipit.: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, v. 2, n. 1, 2004.

WANDERLEY, L. *Geografia do Ouro na Amazônia Brasileira: uma análise a partir da porção regional*. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em Geografia). PPGG-UFRJ, 2015.

WRIGHT, R. As guerras do ouro no alto rio Negro. In: C. A. Ricardo (Org.). *Povos indígenas no Brasil/1985-86*. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação Indígena, 1987.

Sites consultados

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/indio-prefeito-petista-flerta-com-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 12 set. 2018.

https://www.youtube.com/watch?v=8_ZXJPbAfdY. Acesso em: 12 nov. 2018.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-04/bolsonaro-defende-mineracao-e-agropecuaria-em-terras-indigenas>. Acesso em: 18 mai. 2019.

<https://terrasindigenas.org.br/> Acesso em: 30 ago. 2019.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Projeto_Radambrasil. Acesso em: 10 ago. 2019.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/assessor-de-temer-tenta-explorar-minerio-raro-em-terra-indigena.shtml>. Acesso em: 10 dez. 2018.

<http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/liminar-determina-indeferimento-de-todos-os-pedidos-de-mineracao-em-terras-indigenas-no-am>. Acesso em: 10 set. 2019.

Referências das imagens

Imagem 1: GoogleMaps. Acesso em: 27 set. 2019.

Imagem 2: MOVIMENTO REGIONAL POR LA TIERRA/BRASIL. *Estudo de caso Demarcação das Terras indígenas no Alto Rio Negro*. <https://porlatierra.org/docs/850505a16cecbf62719fd78e2a98c379.pdf>.

Imagem 3: CABALZAR, A. & RICARDO, C. A. (Eds.). *Povos indígenas do Rio Negro: uma introdução à diversidade socioambiental do noroeste da Amazônia brasileira*. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2006: 14.

Imagem 4: CABALZAR, A. & RICARDO, C. A. (Eds.). *Povos indígenas do Rio Negro: uma introdução à diversidade socioambiental do noroeste da Amazônia brasileira*. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2006: 15.

Imagem 5: *Governança e Bem Viver Indígena: Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro*. São Gabriel da Cachoeira: Foirn; São Paulo: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira: Funai, 2016: 10-11.

Imagem 6: *Cadernos de gestão territorial e ambiental no Noroeste Amazônico. Diálogos com a PNGATI. Curso Básico de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas no Rio Negro, Noroeste Amazônico*. São Gabriel da Cachoeira, Foirn, 2015: 78.

Imagem 7: <https://uc.socioambiental.org/arp/792>. Acesso em: 27 set. 2019.

Imagem 8: PINTO, L. F. A Rodovia Preimetral Norte: uma nova Transamazônica. *Geografia e Planejamento*, p. 1-45, 1973: 45.

Imagem 9: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/ibge-atualiza-relacao-dos-municipios-de-fronteira>. Acesso em: 27 set. 2019.

Imagem 10: GoogleMaps. Acesso em: 27 set. 2019 (editado pela autora).

Imagem 11: CARNEIRO FILHO, Arnaldo. *Atlas de pressões e ameaças às terras indígenas na Amazônia brasileira*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009: 35.

